**EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ÉTICA HACKER:**

**FORMANDO SUJEITOS COMPROMETIDOS COM A ACESSIBILIDADE NA *WEB***

Maria Paula Magalhães - Universidade Federal Fluminense

Dagmar de Mello e Silva - Universidade Federal Fluminense

Helen Pereira Ferreira - Universidade Federal Fluminense

Resumo

Esse resumo aborda reflexões sobre acessibilidade e inclusão, propondo a ética hacker como uma forma de potencializar a cultura da inclusão nas redes sociais digitais. A pesquisa, intitulada "Acessibilidade Digital e Inclusão: O que podemos aprender com a ética hacker?", é desenvolvida pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (PPGE-UFF). Que questiona se a ética hacker pode criar espaços inclusivos e como isso pode ser experimentado na escola. Focada em alunos do fundamental II de uma escola pública em Niterói/RJ, através de uma pesquisa cartográfica busca sensibilizar os estudantes para um olhar mais inclusivo e formar agentes multiplicadores de práticas sociais inclusivas, sendo a escola inclusiva um espaço potente para fomentar sensibilidades voltadas para uma cultura de inclusão, essencial para combater exclusões e preconceitos, promovendo respeito à diversidade e à pluralidade de existências, alinhando-se aos princípios éticos e estéticos do paradigma democrático. Autores como Pekka Himanen, Pretto e Lèvy são interlocutores importantes na compreensão desses conceitos.

Palavras Chaves: Inclusão. Acessibilidade. Ética hacker. Educação.

Introdução

 O presente trabalho é um recorte da pesquisa intitulada "Acessibilidade Digital e Inclusão: O que podemos aprender com a ética hacker?", a mesma encontra-se em desenvolvimento, na fase atual, está em processo de aproximação com espaço escolar para realização das oficinas de sensibilização com a diferença. Neste trabalho faremos uma breve interlocução com os autores que fazem o aporte teórico do trabalho dissertativo.

A proposta deste trabalho surgiu do interesse das três autoras em estudos que interseccionam Inclusão com Cibercultura, considerando as especificidades do contexto histórico-social em que nossas crianças estão crescendo. Assim, buscamos discutir os conceitos de Educação Inclusiva e Educações *Hacker*, tendo como base o fazer colaborativo que, permeado pela cibercultura, pode ampliar modos inclusivos de ser e estar no mundo e, consequentemente, (re)inventar novas formas de ensinar e aprender que atendam eticamente aos estilos de vida contemporâneos, possibilitando a construção de uma "inteligência coletiva" (Lévy, 1999).

As construções aqui apresentadas são sustentadas por teóricos como Lévy, Pretto, Himanen, Skliar, entre outros, além de documentos base para Educação e Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. O desenvolvimento deste trabalho parte de problematizações sobre o contexto histórico-tecnológico e das práticas educacionais tradicionais, que não acompanham os modos de ser e estar no mundo contemporâneo, onde as mudanças tecnológicas ocorrem rapidamente, impactando as práticas comunicacionais e os modos de vida

Esse fenômeno foi especialmente reconhecido durante a pandemia mundial da Covid, que exigiu esforços inimagináveis das escolas para manterem a conexão diante da necessidade de isolamento físico. A pandemia mostrou que essa nova ordem social pode acentuar ainda mais as desigualdades sociais e exclusões já existentes, ou até criar novos abismos. Não basta garantir apenas o acesso aos artefatos digitais, como uma internet de boa qualidade, mas é necessário um uso crítico-reflexivo e principalmente inventivo desses recursos, para que sejam acessíveis a todos.

Vivemos em uma sociedade cada vez mais desigual e excludente, o que exige reflexão, resistência, estudo e pesquisa para transformá-la, sem cair nas armadilhas de manutenção do *status quo* de um capitalismo cognitivo informacional (Castells, 1996), que permeia a ordem vigente, econômica e social, a partir de redes que se expandem com uma velocidade muitas vezes difícil de acompanhar, que não produzem conhecimentos consistentes e que não contribuem para as transformações no seio da sociedade, mas atuam como reprodutoras de valores meramente materiais.

Por isso, inspiradas em Himanen (2001) e Pretto (2017), defendemos que o livre acesso deve ser um direito de todos e é essencial para a democratização da nossa sociedade. Pensar na escola e nos processos de ensino e aprendizagem para os alunos do século XXI, sem considerar os modos de vida contemporâneos, é negar a realidade em que estamos imersos, naquilo que chamamos de Cibercultura (Lévy, 1999, p. 132).

Com este estudo, procuramos mostrar, através do trabalho *hacker,* como podemos recuperar o espírito de coletividade e colaboração, que se distancia em uma sociedade capitalista e individualista. Diante do exposto, orientamos nossa pesquisa pela questão: Poderia a ética *hacker* produzir espaços/tempos sensíveis à inclusão?

A metodologia deste estudo considera a complexidade e a imprevisibilidade inerentes às pesquisas nas Ciências Humanas, onde aspectos subjetivos desempenham um papel crucial. Isso nos leva a uma abordagem metodológica flexível, onde os caminhos são delineados pela experiência prática e os planos são traçados a partir de uma perspectiva aberta e sensível do pesquisador. Embora a pesquisa encontra-se em fase de aproximação com a escola, esperamos que as imersões nos territórios da pesquisa e as oficinas promovam afetações nos diferentes caminhos que possam surgir nesse processo (Passos, Kastrup e Escóssia, 2010).

Para dar continuidade à questão de partida, sob os princípios da pesquisa cartográfica, elaboramos oficinas de sensibilização sobre inclusão e acessibilidade nas mídias digitais. Utilizamos redes sociais, filmes acessíveis com audiodescrições, aplicativos de avatares em Língua Brasileira de Sinais (Libras), editores de vídeo com legenda, entre outros recursos, voltados para alunos do Ensino Fundamental II da escola pública. O objetivo é mapear os movimentos produzidos por essas oficinas para compreender se essas intervenções pedagógicas têm o potencial de despertar mudanças de atitude nos estudantes em relação aos conteúdos que produzem na *Web*.

Compreendemos que para conceber uma escola inclusiva e democrática, é necessário pensar em princípios de acessibilidade e no livre acesso ao conhecimento, em um espaço coletivo e colaborativo de construção e compartilhamento de aprendizados e experiências. Himanen, em seu livro "A ética dos Hackers e o espírito da era da informação" (2001), define como os *hackers* compreendem e realizam seu trabalho, trazendo considerações importantes sobre a era em que vivemos e os processos culturais, sociais e econômicos da sociedade da informação.

Este autor desmistifica o julgamento pejorativo do termo "*hacker*" ao falar sobre a presença da ética *hacker* em diversos espaços. Himanen (2001) esclarece que qualquer pessoa pode ser um *hacker*, mesmo sem estar ligada à tecnologia computacional, desde que goste do que faz e compreenda seu trabalho além da lógica capitalista. A ética *hacker* está relacionada à postura que assumimos em nosso fazer diário, valorizando esse fazer. É a paixão pelo que se faz que caracteriza uma condição ética orientada pela criação de um fazer essencialmente coletivo.

Nesse sentido, Pretto (2017) cria o conceito de Educações *Hackers*, trazendo princípios valiosos do trabalho, filosofia e ética *hacker* para pensarmos a Educação no plural. Ele denomina um "jeito hacker de ser" (idem, p.59), com base em uma ética forte de compartilhamento que possibilita a criação de redes entre professores-autores para que exerçam sua cidadania, fortalecidos para fazer a diferença.

A ética dos *hackers* traz elementos valiosos para os processos pedagógicos, além de possibilitar, através do uso crítico das tecnologias digitais, uma educação para além dos muros da escola. A construção de uma escola inclusiva tem sido uma luta na educação brasileira, consolidada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (Unesco, 1948), Declaração de Salamanca, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) e a mais recente Lei Brasileira de Inclusão (LEI Nº 13.146/2015), entre outros pareceres e leis conquistadas pela comunidade educacional. Entendemos que este é o meio mais eficaz de combater a discriminação e construir uma sociedade mais acolhedora (Unesco, 1994, p.1), garantindo assim o,

“direito de sermos iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades” (Santos, 2003, p. 56).

Pekka Himanen (2001, p. 64) ressalta que na ética protestante do trabalho, tempo é dinheiro, e esse se torna o objetivo principal, enquanto o valor em si não importa muito. Em um mundo onde o dinheiro assume um papel de destaque e o acesso ao conhecimento é privatizado e restrito, Himanen propõe uma inversão desses valores ao indagar se "seria possível haver uma economia de mercado livre na qual a concorrência não seria fundamentada no controle das informações, mas em outros fatores - uma economia na qual a concorrência se daria num outro nível?" (idem). Consideramos este um fator primordial nos processos educativos e para a construção de uma escola e sociedade mais inclusivas, entendendo que a Educação deveria ser um espaço acessível a todos.

Apesar deste estudo estar iniciando sua entrada no espaço escolar e não termos elementos consistentes para uma análise dos processos que ainda estão por vir, este trabalho anunciou as proposições teóricas que nos impulsionam e nos motivam nesse percurso.

### Algumas considerações

A busca por uma educação inclusiva e democrática é essencial para enfrentar os desafios contemporâneos, assim como a necessidade de uma escola que compreenda e assuma seu papel diante das mudanças comunicacionais e informacionais na sociedade contemporânea A reflexão sobre Educação Inclusiva e Educações *Hacker*, fundamentada em teóricos como Lévy, Pretto e Pekka Himanen, destaca a importância do fazer colaborativo, aspecto da cibercultura. Em um mundo cada vez mais desigual e excludente, a pandemia ressaltou a necessidade de repensar práticas educacionais diante de um mundo onde o desenvolvimento técnico e tecnológico é célere e promove outros modos de vida.

Compreendendo o espaço escolar como uma instituição que deve formar sujeitos críticos, destacamos a importância de uma escola atualizada e crítica diante das demandas da sociedade vigente. É crucial promover afetações e conhecimento, para que os alunos sejam capazes de compreender, analisar e investigar as informações disseminadas.

Nesse sentido, a ética de trabalho dos *hackers*, conforme definida por Himanen, surge como uma teoria potencializadora para que a escola esteja comprometida com um fazer pedagógico aberto e inclusivo. Essa abordagem destaca a paixão pelo fazer, a valorização do trabalho colaborativo e a ideia de conhecimento como uma ferramenta poderosa para reduzir exclusões, que precisa e deve ser acessível a todos.

Ao assumir a intervenção como um de seus princípios esta pesquisa cartográfica busca explorar oficinas de sensibilização sobre inclusão e acessibilidade nas mídias digitais. Utilizando o método cartográfica temos expectativa de promover afetações ao longo desse percurso, delineia-se assim, uma abordagem sensível e aberta às descobertas, destacando a necessidade de compreender e refletir criticamente sobre as mudanças sociais e tecnológicas que impactam a educação.

A possibilidade de uma escola inclusiva, democrática e conectada com a ética *hacker* visa garantir o direito de todos à Educação, considerando a diversidade humana e a influência dos artefatos digitais. O estudo visa não apenas analisar teoricamente a interseção entre Inclusão e Cibercultura, mas também intervir na realidade educacional, sensibilizando alunos para a importância da inclusão e acessibilidade nas mídias digitais. Que pode ser um caminho para a construção de uma escola mais justa, solidária, democrática e alinhada com os desafios do século XXI.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, Ministro da Educação, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf. Acesso em: 5 ago. 2021.

HIMANEN, Pekka. A ética dos hackers e o espírito da era da informação. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. Trad. Carlos Irineu da Costa. 3a. ed. São Paulo: Editora 34, 1999.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Org.). Pistas do método da cartografia: pesquisa- intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2010

PRETTO, Nelson de Luca. Educações, culturas e hackers: escritos e reflexões. Salvador: EDUFBA, 2017.

UNESCO. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm. Acesso em: 5 ago. 2021.

UNESCO. Declaração de Salamanca - Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf. Acesso em: 5 ago. 2021.